

# BOLETIM ECONÓMICO

Publicação trimestral da Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste

Volume 4 Número 2  
Julho/ 2006

## NESTA EDIÇÃO

Fundo petrolífero: o que nos dizem as estatísticas	1
A economia dos nossos vizinhos; o Brunei Darussalam	3
Estatísticas monetárias	5
Preços; Balanço da ABP	6
Mercados cambiais e financeiros	7
Preços altos do petróleo	7
O impacto nas variáveis reais da economia de Timor-Leste	8

## Note que...

- Com recurso aos números publicados no OGE que têm interesse para a análise da evolução do Fundo Petrolífero podemos constatar que se espera que o seu stock de capital venha a ser, em 2024, de mais de 12 biliões de USD.
- Nas estatísticas monetárias, a previsão do valor do capital do FP de Timor-Leste deverá ser cerca de \$640 milhões no final do presente ano fiscal e de cerca de \$1170 milhões um ano depois (Junho 2007).
- O principal interesse, para nós, do Brunei deriva do facto de ser o que, devido à dimensão geográfica, da população e da principal riqueza (o petróleo) ser o que, na ASEAN, mais se assemelha ao nosso.
- O governo do Brunei desempenha um papel muito importante na economia ao fornecer vários serviços públicos altamente subsidiados, empregando cerca 2/3 dos trabalhadores locais.
- A produção nacional divide-se em partes quase iguais entre a de origem petrolífera e a com origem nos outros sectores (agricultura, etc).
- A concessão de subsídios não é solução para defrontar a subida do preço do petróleo porque, além do mais, é socialmente injusta pois dela beneficiam quer os pobres quer os mais ricos — quantas vezes mais estes que aqueles...

## Fundo Petrolífero: o que nos dizem as estatísticas?

Uma das tarefas desempenhadas por esta ABP é o cálculo e a publicação das Estatísticas Monetárias de Timor-Leste. O leitor pode encontrar na página 5 deste Boletim a última informação disponível.

Trata-se de uma versão condensada das Estatísticas tal como calculadas pela ABP mas contém o essencial da informação que interessa conhecer.

Um elemento que delas consta é a evolução do stock de capital (financeiro) detido pelo Fundo Petrolífero de Timor-Leste.

Vejam-se no quadro abaixo os valores mensais desse capital do FP (em milhões USD):

Um exercício que poderemos fazer com estes números é tentar calcular qual o capital do Fundo ao

Set.05	Out.05	Nov.05	Dez.05	Jan.06	Fev.06	Mar.06	Abr.06	Mai.06	Jun.06
247,4	291,7	341,7	370,2	400,5	449,7	508,1	555,8	596,7	649,8

longo do tempo, mensalmente. É o que faremos adiante mas agora vejamos os dados existentes sobre a previsível evolução anual do Fundo.

No Orçamento de Estado para 2006/07 são publicadas previsões para a evolução anual das receitas petrolíferas até ao final da exploração do campo petrolífero de Bayu-Undan, que a acreditar naquele documento se verificará em 2023/24 --- se entretanto não forem revistas as estimativas existentes sobre as reservas em petróleo bruto e gás natural desta zona de produção.

Essas previsões anuais são como segue no quadro abaixo para o período de 2006/07 a 2023/24 (as colunas a vermelho são cálculos nossos acrescentados ao quadro original):

(1)	Preço do petróleo médio do WTI \$/Barril (2)	Produção milhão de barris ou equivalente (3)	Total das Receitas Petrolíferas \$milhões (4)	Estimativa, para o final de cada ano fiscal (mil milhões USD), do valor do Fundo Petrolífero (5)	valor das vendas (preço petróleo * produção (6)	% das receitas petrolíferas em relação às vendas (7)
2006/07	58,2	52,5	643,5	1.379,2	3055,5	21,1
2007/08	54,5	56,8	902,6	2.281,8	3095,6	29,2
2008/09	50,5	56,5	953,6	3.235,4	2853,3	33,4
2009/10	46,3	55,5	878,6	4.114,0	2569,7	34,2
2010/11	44,8	54,5	851,2	4.965,2	2441,6	34,9
2011/12	46,2	53,6	853,1	5.818,3	2476,3	34,5
2012/13	47,6	52,6	847,8	6.666,1	2503,8	33,9
2013/14	49,0	50,5	807,7	7.473,8	2474,5	32,6
2014/15	50,5	48,9	768,2	8.242,0	2469,5	31,1
2015/16	52,0	47,3	760,1	9.002,1	2459,6	30,9
2016/17	53,5	45,3	708,5	9.710,6	2423,6	29,2
2017/18	55,1	43,6	672,2	10.382,8	2402,4	28,0
2018/19	56,8	40,1	592,8	10.975,6	2277,7	26,0
2019/20	58,5	35,1	407,7	11.383,3	2053,4	19,9
2020/21	60,2	32,1	312,3	11.695,6	1932,4	16,2
2021/22	62,0	31,3	304,1	11.999,7	1940,6	15,7
2022/23	63,9	31,0	268,3	12.268,0	1980,9	13,5
2023/24	65,8	15,6	141,1	12.409,1	1026,5	13,7

Note-se, em primeiro lugar, que se estima que o preço médio do barril de petróleo será de 58,2 USD em 2006/07 (para 2005/06 foi de 58,7). As previsões mais recentes do FMI (*World Economic*

*Continua na página seguinte*

## Fundo Petrolífero: o que nos dizem as estatísticas? (concl.)

Outlook de 19/Abril/06) apontam para um preço médio anual do crude (WTI-Western Texas Intermediate) de 61,3 USD/barril em 2006 e de 63 USD/barril em 2007; em 2005 a média foi de 53,3 USD/barril.

Outra nota a salientar é a de que, como tem sido largamente anunciado, a produção anual de Bayu-Undan (a zona que está em causa) vai aumentar rapidamente até 2008/09 e depois vai começar a descer gradualmente, devendo terminar em 2023/24 se (possíveis) reavaliações da sua capacidade não revelarem que esta é maior que o estimado até agora.

Se multiplicarmos o preço médio pela produção estimada obteremos o valor total das vendas (coluna 6 do quadro acima) e, se por sua vez, calcularmos o valor das receitas petrolíferas (coluna 4) em percentagem das vendas obtemos a última coluna do quadro acima. Os valores obtidos --- que corresponderão ao que se poderá designar como carga fiscal da actividade de extracção petrolífera na região em produção --- crescem até um máximo de quase 35% em 2010/11 para depois descerem gradualmente até aos cerca de 13,5% quase no final do período de vida útil da zona de Bayu-Undan.

Finalmente e ainda com recurso aos números publicados no OGE que têm interesse para a análise da evolução do Fundo Petrolífero podemos constatar que se espera que o seu stock de capital venha a ser, em 2024, de cerca de 12 biliões de USD. Se admitirmos uma taxa de rentabilidade de do Fundo de 4% valor teremos que as receitas dos rendimentos naquele ano serão de cerca de 500 milhões de USD. Naturalmente, estes valores estão dependentes, em parte, dos que vierem efectivamente a ser transferidos do FP para o Orçamento de Estado bem como de variáveis tão instáveis como o preço internacional do petróleo ou até a própria produção.

Estudados os valores anuais das receitas petrolíferas e do valor potencial do capital do Fundo Petrolífero, será possível fazermos uma análise mais “fina”, de base mensal? Isto é e por exemplo, determinar a evolução, mês a mês, do valor do Fundo, nomeadamente no curto/médio prazo?

Os valores deste tal como constam dos seus relatórios mensais e das estatísticas monetárias de Timor-Leste calculadas pela ABP permitem, de facto, fazer tal estimativa ainda que recorrendo a um método que nos dará valores mais “aproximados” que “rigorosos”. É isso que fazemos de seguida utilizando métodos simples de previsão, ao alcance de qualquer utilizador de um *software* do tipo “folha de cálculo”.

Note-se que se trata de uma estimativa utilizando um método que recorre à tendência do passado para tentar “adivinhar” a evolução futura. Como tal, este método está sujeito aos mesmos erros a que estas estão normalmente sujeitas e que constam, por exemplo, de alterações do “comportamento” do passado nos períodos futuros.

No nosso caso, as principais alterações decorrem de factores como a evolução das receitas provenientes do Mar de Timor — elas próprias dependentes da evolução das quantidades de petróleo extraídas e da evolução do seu preço de venda —, a evolução das taxas de juro nos mercados internacionais, particularmente dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos — a totalidade dos recursos do Fundo estão aplicados nestes títulos — e as decisões que vierem a ser tomadas quando à transferência de recursos do Fundo para o Orçamento Geral do Estado de acordo com a Lei do Fundo petrolífero em vigor.

Se, por facilidade, pressupusermos que o comportamento futuro das receitas do Fundo será igual ao verificado no passado, qual será a estimativa de evolução do stock mensal de capital do Fundo até ao final do ano fiscal de 2006-07?

Um método simples para responder a esta pergunta é fazer o chamado “ajustamento de uma recta de regressão” aos dados passados e fazer a estimativa da evolução futura. Foi isso que fizemos e os dados obtidos estão no quadro ao lado.

Note-se, porém, que há uma dificuldade inultrapassável e que condiciona ainda mais a qualidade das previsões a fazer: é que o número de “observações estatísticas” utilizadas como base dos cálculos é, por enquanto, relativamente reduzido. As previsões seriam certamente melhores se pudéssemos dispor, agora, de uma série de cerca de (pelo menos) quinze a vinte observações. No entanto, o indicador de qualidade do “ajustamento” que é o  $r^2$  é de um valor considerado elevado (0,99), o que significa que o “ajustamento” e, conseqüentemente, as previsões feitas com base nos dados do passado não andarão muito longe dos valores que se virão a verificar na realidade.

No quadro estão assinalados a cor mais clara os valores estimados para os meses de que já se conhecem os valores efectivos já referidos no primeiro quadro apresentado. Como se pode verificar, o desvio entre uns e outros não é, nomeadamente nos primeiros meses, muito grande.

Fizeram-se previsões para todos os meses até ao final do ano fiscal de 2006-07 (Jun/07).

Delas resulta que o valor estimado do capital do FP deveria ser de cerca de 640 milhões USD no final de Junho passado mas na realidade foi de quase 650 milhões. No final de Jun/07 será, segundo esta previsão, de cerca 1170 milhões de USD. No entanto, a previsão que consta do OGE é de 1047 milhões. A diferença dos números baseia-se não só nos erros cometidos com este tipo de previsão mas também, principalmente, com o facto de nós não considerarmos a retirada de cerca de 20 milhões USD por mês para transferência para o OGE, num total de cerca de 260 milhões USD, valor autorizado pelo Parlamento Nacional para financiamento deste mesmo Orçamento aquando da sua aprovação.

Equação deduzida: $y=198171+44183x$ com $y$ =stock de capital do Fundo Petrolífero e $x$ =mês (valores em milhões USD)		
1	Set-05	242
2	Out-05	287
3	Nov-05	331
4	Dez-05	375
5	Jan-06	419
6	Fev-06	463
7	Mar-06	507
8	Abr-06	552
9	Mai-06	596
10	Jun-06	640
11	Jul-06	684
12	Ago-06	728
13	Set-06	773
14	Out-06	817
15	Nov-06	861
16	Dez-06	905
17	Jan-07	949
18	Fev-07	993
19	Mar-07	1.038
20	Abr-07	1.082
21	Mai-07	1.126
22	Jun-07	1.170

# A economia dos nossos vizinhos: o Brunei Darussalam

No número anterior do "Boletim" apresentámos algumas informações sobre a evolução recente da economia do nosso (grande) vizinho do lado, a Indonésia. Mantendo a linha editorial de dar a conhecer algumas das características das economias dos países nossos vizinhos vamos hoje analisar a economia do Brunei, pequeno país da costa norte da ilha de Bornéu cujo nome oficial é Brunei Darussalam.

Para nós o interesse principal do país deriva do facto de ser o que, devido à dimensão geográfica, da população e da principal riqueza (o petróleo) ser o que, no Sudeste Asiático e na ASEAN e apesar das muitas diferenças connosco, mais se assemelha ao nosso.

O Brunei é um sultanato que, depois de ter tido uma importância relevante nos séculos 17 a 19 --- quando a sua influência se estendia a parte significativa da zona norte da ilha de Bornéu e ao sul das Filipinas ---, entrou em declínio, tornando-se um protectorado inglês em 1888. A sua independência total só foi recuperada em 1994.

O país tem cerca de 5.700 kms<sup>2</sup> e 372 mil habitantes (cerca de 40% da superfície e da população do nosso país), dos quais 80% são de origem malaia; das minorias étnicas 8% são de origem coreana e outros tantos de origem chinesa. A população com 0-14 anos representa 28,6% do total, muito menos do que os mais de 40% de Timor-Leste; a taxa de fertilidade (número de partos por mulher) é de 2,3, um valor que é cerca de um terço dos 7 de cada mulher timorense. 94% da população está alfabetizada. A população activa é de cerca de 150 mil pessoas mas cerca de metade desta é de residentes temporários, não nacionais.

A exploração do petróleo e do gás natural --- a sua principal riqueza, tal como entre nós --- assegura à sua população um rendimento por pessoa de cerca de 24.800 "dólares internacionais" (diferentes dos USD) em 2005 segundo o método da paridade dos poderes de compra. Este método procura eliminar a influência das diferenças de preços de país para país e as oscilações das taxas de câmbio das moedas nacionais. Para comparação refira-se que Hong Kong, que tem o maior rendimento por pessoa da Ásia, tinha 32.300 "dólares internacionais, que a Indonésia tinha 3.853 e que Portugal tinha 18.500.



Note-se, porém, que o governo desempenha um papel muito importante na economia ao fornecer à população um conjunto variado de serviços públicos altamente subsidiados relativamente ao seu custo efectivo (ex. educação, gratuita para todos os cidadãos nacionais entre os 5 e os 45 anos, incluindo no estrangeiro) e empregando cerca de 41500 indivíduos, 2/3 dos trabalhadores locais. Isto significa mais de 10% da população total do país (compare-se com os cerca de 1,6% que os funcionários públicos representam em Timor-Leste). Esta é, nitidamente, uma forma pouco ortodoxa de reduzir o problema de desemprego que existiria se este volume de empregados do Estado fosse menor.

As reservas comprovadas de gás natural são de 315 biliões de m<sup>3</sup> e as de petróleo são de 1,2 biliões de barris. Em 2004 a produção anual de petróleo foi de 189 mil barris/dia (cerca de 70 milhões/ano) e a de gás de 14 biliões de m<sup>3</sup>. A manterem-se estes ritmos de produção, as reservas de petróleo durarão cerca de 17-18 anos e as de gás cerca de 22 anos. Este horizonte temporal não deixa de preocupar as autoridades nacionais que, como salientado mais abaixo, procuram actualmente diversificar a produção total. Os principais consumidores são o Japão e a Coreia. O gás é liquefeito para transporte na fábrica apropriada instalada no país..

Brunei: Produção em dólares do Brunei de 1974

	2000	2001	2002	2003	2004
					<b>Est.</b>
Total	4146	4271	4392	4560	4638
Sector petrolífero (petróleo e gás natural)	2231	2264	2336	2421	2385
Outros sectores	1915	2007	2056	2139	2253

Fonte dos quadros: IMF *Brunei Darussalam: Statistical Appendix*, IMF Country Report nº 05/357, September 2005

	2002	2003	2004	2005
			<b>Est.</b>	<b>Est.</b>
<b>Total</b>	<b>2,8</b>	<b>3,8</b>	<b>1,7</b>	<b>3,0</b>
Sector petrolífero (petróleo e gás natural)	3,2	3,6	-1,5	1,1
Outros sectores	2,4	4,1	5,3	5,1
Público	4,0	0,4	4,8	
Privado	0,8	8	5,8	
Taxa de inflação	-2,3	0,3	0,9	1

O Brunei tem mantido uma política cambial estável, seguindo de muito perto a taxa de câmbio do dólar de Singapura em relação ao USD. A taxa de câmbio em relação ao USD é actualmente de cerca de 1 USD = 1,64 BND (dólares do Brunei)

A produção nacional divide-se em partes quase iguais entre a de origem petrolífera e a com origem nos outros sectores (agricultura, indústrias, serviços). Em 2004, por exemplo, a primeira representava 51% da produção global e a segunda os restantes 49%. Em 2000 aquela percentagem era de 54%. Esta evolução é um dos indicadores do esforço das autoridades nacionais de reduzirem a dependência do país do sector petrolífero, incentivando o desenvolvimento de outros sectores, particularmente o das manufacturas (indústria de vestuário) e o dos serviços, em especial o dos serviços financeiros. Este sector é o que mostra maior dinamismo e potencial de crescimento (representa hoje 5,8% do PIB), para o que contribui um conjunto de incentivos fiscais às empresas do sector que se instalem no país como centro financeiro internacional *offshore*. Isto demonstra o papel "pro-activo" que o Governo tem vindo a tomar no processo de diversificação do tecido produtivo nacional.

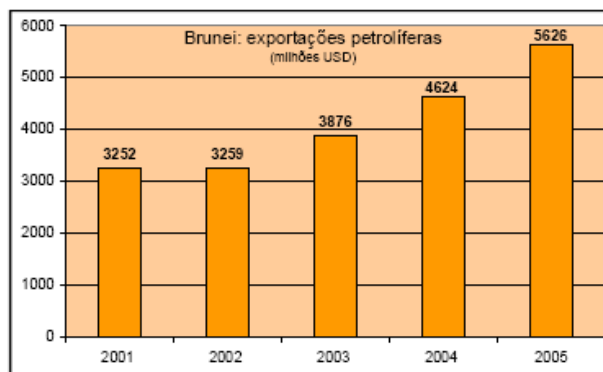
Continua na página seguinte

# A economia dos nossos vizinhos: o Brunei (conclusão)

## Brunei: contas externas

Em milhões de USD salvo se indicado de outra forma	2002	2003	2004	2005
<b>Balança comercial</b>	<b>2227</b>	<b>3163</b>	<b>3719</b>	<b>4537</b>
Exportações	3702	4421	5057	5994
<i>Das quais: petróleo de gás</i>	3259	3876	4624	5626
<i>Outras</i>	443	545	433	368
Importações	1475	1258	1338	1458
<b>Balança de Transacções Correntes</b>	<b>2534</b>	<b>3246</b>	<b>3769</b>	<b>4621</b>
<b>Reservas internacionais oficiais</b>				
Em milhões de USD	449	484	534	590
<i>Em meses de importações</i>	2,40	2,40	2,50	2,60
Taxa de câmbio média anual do dólar do Brunei (1 USD = n BND)	1,79	1,74	1,69	1,64 <sup>(1)</sup>

(1) média até ao fim de Abril.



A taxa de crescimento da produção tem sido, no seu conjunto, mais baixa do que o comum dos outros países da Ásia Oriental. Em vez dos cerca de 5-6% ela tem-se mantido nos 3-4%, com um abrandamento mais nítido em 2004 devido à queda da produção do sector petrolífero. O conjunto dos outros sectores têm mantido nos últimos anos, no entanto, uma taxa de crescimento de cerca de 4-5%, mais próxima da média asiática.

A taxa de inflação, por sua vez, tem-se mantido muito baixa, não atingindo, nos últimos anos, 1%

A dependência do país quanto à produção petrolífera repete-se, como seria de esperar, nas suas relações económicas internacionais. Em 2005, por exemplo, as exportações de petróleo e de gás representaram 94% do total e permitiram, face a um valor das importações de mercadorias que é apenas 25% do das exportações, assegurar um saldo de mais de 4600 milhões de USD na Balança de Transacções Correntes.

A subida dos preços do petróleo no mercado internacional, mais nítida em 2005, foi a responsável por uma subida significativa das receitas petrolíferas: mais um bilião de USD em 2005 relativamente a 2004, representando um aumento de 22% num só ano, a somar ao aumento de 19% no ano anterior.

As três principais importações do país são as máquinas e os equipamentos de transporte, diversos bens manufacturados e bens alimentares.

Quanto à situação monetária, realce-se o elevado volume de disponibilidades líquidas sobre o exterior: quase 8 biliões BND no final de 2004, dos quais mais de 7 biliões eram dos bancos comerciais — particularmente dos que aproveitam a existência do mercado *offshore* — e 850 milhões eram do Governo (as funções de banco central são desempenhadas pelo Ministério das Finanças).

Enorme dependência em relação às receitas de exportação do petróleo e do gás existe ainda nas contas públicas já que no orçamento de 2004/05 as receitas com origem no sector representavam 91% das receitas totais, divididas por impostos sobre o rendimento das

## Brunei: receitas e despesas públicas

	2001	2002	2003	2004/05 <sup>(1)</sup>
	(em milhões de dólares do Brunei)			
<b>Receitas totais</b>	<b>4.232</b>	<b>4.268</b>	<b>4.930</b>	<b>6.361<sup>(2)</sup></b>
<b>Receitas de impostos</b>	<b>2.306</b>	<b>2.332</b>	<b>2.600</b>	<b>3.666</b>
<i>Impostos sobre o rendimento</i>	2.203	2.209	2.485	3.547
- Empresas petrolíferas	2.125	2.116	2.393	3.439
- Indivíduos	1	0	1	0
<i>Impostos sobre o comércio internacional</i>	92	111	103	106
<i>Impostos sobre bens e serviços</i>	11	12	12	13
<b>Outros rendimentos não impostos</b>	<b>1.926</b>	<b>1.936</b>	<b>2.330</b>	<b>2.695</b>
<i>Rendimento da propriedade</i>	1.630	1.631	2.051	2.414
Sector petrolífero	1.498	1.582	1.916	2.376
Royalties	389	384	474	662
Dividendos pagos pelas empresas petrolíferas	1.109	1.198	1.442	1.714
<i>Receitas com origem no sector petrolífero em % do total</i>	<b>86</b>	<b>87</b>	<b>87</b>	<b>91</b>
<b>Despesas totais</b>	<b>3914</b>	<b>4794</b>	<b>4032</b>	<b>4815</b>
Despesas correntes	2745	3777	3145	3957
Despesas de capital	1169	1017	887	858
<b>Saldo orçamental primário (receitas—despesas)</b>	<b>318</b>	<b>-526</b>	<b>898</b>	<b>1545</b>
<i>Por memória</i>				
<i>Rendimento com origem no petróleo/gás</i>	3.623	3.697	4.309	5.815
<i>Receitas com origem noutros sectores</i>	609	571	621	546

empresas petrolíferas e os dividendos pagos por elas ao Estado. Todas estas receitas entram directamente no Orçamento.

Note-se que no país nem os indivíduos nem as empresas não-petrolíferas pagam impostos; a única fonte relevante de receitas não petrolíferas é o comércio internacional, cujas receitas representam cerca de 8% do valor total das importações. Esta percentagem terá tendência a baixar no quadro da redução das tarifas alfandegárias no âmbito da constituição da AFTA-ASEAN Free Trade Association.

As despesas públicas têm-se mantido nos últimos anos — com excepção de 2003 — abaixo das receitas, proporcionando um saldo orçamental primário significativo e que no ano passado, devido ao grande aumento das receitas do petróleo, foi de mais de 1,5 biliões de BND. As principais despesas são as correntes — pessoal e fornecimento de bens públicos gratuitos ou quase — mas as despesas de capital também são importantes, tendo-se fixado em cerca de 850 milhões de BND (equivalentes a cerca de 520 milhões de USD) nos últimos dois anos.

# Estatísticas monetárias

milhares de USD	Mar-06	Abr-06	Mai-06	Jun-06
<b>Activos externos líquidos</b>	<b>660,188</b>	<b>709,707</b>	<b>740,505</b>	<b>797,544</b>
<i>Disponibilidades sobre o exterior</i>	<i>717,166</i>	<i>762,146</i>	<i>800,736</i>	<i>845,799</i>
Disponibilidades da ABP/BPA	665,530	710,044	744,187	791,698
<i>Das quais: Investimento do FP</i>	<i>508,103</i>	<i>555,837</i>	<i>596,665</i>	<i>649,848</i>
Disponibilidades dos bancos comerciais	51,636	52,102	56,549	54,101
<i>Responsabilidades para com o exterior</i>	<i>56,978</i>	<i>52,439</i>	<i>60,231</i>	<i>48,255</i>
Responsabilidades da ABP/BPA	11,944	11,944	11,569	12,131
Responsabilidades dos bancos comerciais	45,034	40,495	48,662	36,124
<b>Crédito interno (2)</b>	<b>-534,163</b>	<b>-578,792</b>	<b>-615,878</b>	<b>-663,742</b>
Crédito à Administração Central/Governo	0	0	0	0
crédito da ABP/BPA	0	0	0	0
crédito dos bancos comerciais	0	0	0	0
Depósitos da Administração Central	625,997	670,681	707,340	755,068
na ABP/BPA	625,997	670,681	707,340	755,068
nos bancos comerciais	0	0	0	0
<i>(Crédito líquido à Admin. Central = Empréstimos-Depósitos) (1)</i>	<i>-625,997</i>	<i>-670,681</i>	<i>-707,340</i>	<i>-755,068</i>
Crédito (ao sector privado = empresas e particulares)	91,834	91,888	91,461	91,325
crédito da ABP/BPA	0	0	0	0
crédito dos bancos comerciais	91,834	91,888	91,461	91,325
<b>Depósitos dos bancos comerciais na ABP/BPA</b>	<b>7,420</b>	<b>6,964</b>	<b>5,760</b>	<b>3,043</b>
<b>Depósitos (à vista e a prazo)</b>	<b>103,931</b>	<b>106,426</b>	<b>100,249</b>	<b>101,353</b>
<b>Depósitos à vista nos bancos comerciais</b>	<b>64,588</b>	<b>65,845</b>	<b>62,696</b>	<b>63,085</b>
Empresas públicas não financeiras	0	0	0	0
Depósitos de empresas e particulares	64,588	65,845	62,696	63,085
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>39,344</b>	<b>40,581</b>	<b>37,553</b>	<b>38,269</b>
Depósitos da ABP/BPA	0	0	0	0
Depósitos a prazo de empresas e particulares	39,344	40,581	37,553	38,269
<b>Outros activos líquidos</b>				
idem. ABP/BPA	824	806	806	735
idem. bancos comerciais	-1,416	-1,632	-1,943	-6,142
<b>Capital e reservas</b>	<b>37,482</b>	<b>38,919</b>	<b>39,307</b>	<b>36,093</b>
<b>Capital realizado</b>	<b>26,884</b>	<b>26,884</b>	<b>26,884</b>	<b>26,884</b>
idem. da ABP/BPA	18,227	18,227	18,227	18,227
idem. dos bancos comerciais	8,657	8,657	8,657	8,657
<b>Resultados</b>	<b>5,789</b>	<b>5,979</b>	<b>5,993</b>	<b>-328</b>
Resultados da ABP/BPA	839	919	1,018	984
Resultados dos bancos comerciais	4,951	5,061	4,975	-1,312
<b>Reserva geral e reservas especiais</b>	<b>4,808</b>	<b>6,055</b>	<b>6,429</b>	<b>9,537</b>
Reserva da ABP/BPA	1,922	1,922	1,922	1,922
Reservas dos bancos comerciais	2,887	4,134	4,508	7,615

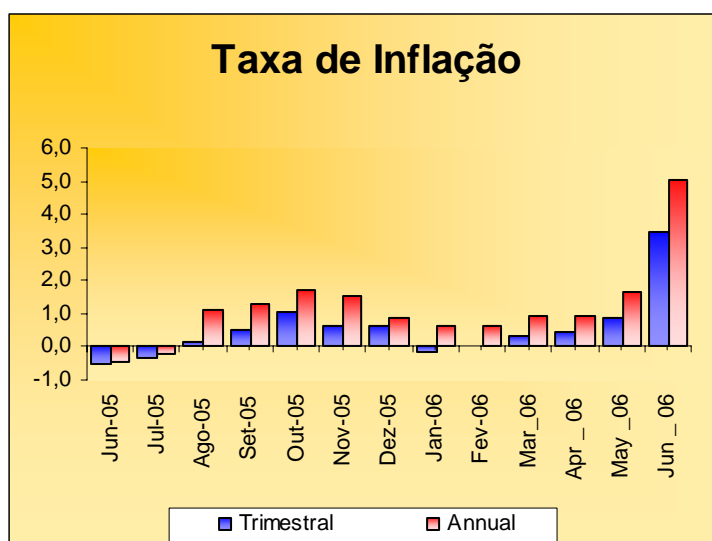
(1) A partir do mês de Agosto/2003, inclusive, as estatísticas monetárias passaram a incluir o Banco Mandiri, passando o sector bancário comercial nacional a ser constituído por quatro instituições (três bancos e a Instituição de Micro-Finanças)

(2) devido à forma como é calculado o "crédito líquido à Administração Central" (créditos—depósitos), um valor negativo significa que os depósitos desta são superiores aos créditos por ela obtidos do sistema bancário, nulos no caso de Timor Leste. Esta é a razão pela qual o agregado "crédito interno" — que é apenas concedido ao sector privado — tem valor também negativo

Activos externos líquidos de sistema bancário de Timor Leste no segundo trimestre teve uma subida de quase 21%. Ao mesmo tempo foi uma subida da mesma percentagem da responsabilidade da ABP ao governo. A principal razão foi do aumento significativa do capital do Fundo Petrolífero, cerca de 28%.

O crédito dos bancos comerciais à economia diminuiu, entretanto, de 509 mil de USD, cerca de 0.5%, enquanto que os depósitos na banca comercial diminuíram 2.5 milhões, cerca de 2.5%.

## Evolução dos preços em Dili



### Evolução da Taxa de Inflação

medida pelo Índice de Preços no Consumidor

Items	IPC	IPC	IPC	Taxa	Taxa
	Jun 2005	Mar 2006	Jun 2006	Trimestral da Inflação	Homóloga de Inflação
<b>Todos os grupos</b>	<b>115.8</b>	<b>117.5</b>	<b>121.6</b>	<b>3.5</b>	<b>5.0</b>
Alimentação	113.7	115.4	120.1	4.1	5.6
Bebidas e Tabaco	128.3	126.6	134.4	6.2	4.8
Vestuário e calçado	130.8	132.8	134.1	1.0	2.5
Habituação	116.6	121.6	121.9	0.2	4.5
Despesas com a Habitação	104.4	103.0	102.8	-0.2	-1.5
Saúde	120.8	129.8	129.8	0.0	7.5
Recreio e Educação	109.7	107.6	108.8	1.1	-0.8
Transportes e Comunicações	114.7	113.3	131.3	15.9	14.5

O Índice de Preços no Consumidor (IPC), tal como publicado pela Direcção Nacional de Estatística do Ministério do Plano e Finanças de Timor-Leste, indica que os preços no consumidor terão subido, em média, cerca de 3.5% durante o trimestre terminado em Junho passado comparativamente com o trimestre anterior, em que a variação foi de 0,3%.

A subida da média dos preços foi provocada por uma subida em todos os itens dos grupos de produtos, com a maior subida no preço dos transportes, bebidas e alimentação. As primeiras tiveram o maior acréscimo no trimestre, com uma subida de 15,9% que compara com a de -3,4% no trimestre anterior. A bebidas e alimentação tiveram uma subida de 6,2% e 4,1% contra os -0,5% e 1,1% respectivamente no trimestre anterior.

A taxa anual homóloga de inflação (Jun/05 a Jun/06) foi de 5,0%, contra os -0,4% verificados no período homólogo de Jun/04 a Jun/05. Esta grande subida dos preços resultou do aumento do preço do petróleo, traduzido no dos combustíveis e dos transportes, e da crise social em Dili, que afectou o funcionamento dos mercados da cidade.

## Balanço da ABP em 30 de Junho de 2006

*Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste*  
*Banking and Payments Authority of Timor-Leste*  
 Av.º Biago Medeiros, PO Box 39, DSE, Timor-Leste

### RESUMO ANUAL DO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

BALANÇO		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
Em 30 de Junho de 2006		Em 30 de Junho de 2006	
<b>ACTIVOS</b>	<b>US Dollars</b>	<b>PROVEITOS</b>	<b>US Dollars</b>
Caixa e Depósitos	23,723,924	Juros recebidos de activos financeiros	1,562,315
Investimentos	119,424,415	Transferência Orçamental	240,000
Investimento do Fundo Petrolífero	649,848,228	Rendimento de Títulos de Governos Estrangeiros	5,206,715
Outros Activos	971,298	Taxas e Recuperação de Custos	184,354
<b>TOTAL dos ACTIVOS</b>	<b>793,967,865</b>	Remuneração Gestão do Fundo Petrolífero	270,000
		Outras receitas	3,023
<b>PASSIVOS</b>		<b>TOTAL dos PROVEITOS</b>	<b>7,466,407</b>
Moeda Emitida	1,810,539	<b>CUSTOS</b>	
Depósitos do Governo	105,219,458	Despesas financeiras	5,443,678
Fundo Petrolífero de Timor-Leste	649,848,228	Distribuição de moeda	91,503
Depósitos das Instituições Financeiras Nacionais	3,019,939	Despesas com Pessoal	328,400
Depósitos das Instituições Financeiras Estrangeiras	12,130,824	Despesas Operacionais	409,006
Outros Passivos	806,366	Depreciação	210,258
<b>TOTAL dos PASSIVOS</b>	<b>772,835,354</b>	<b>TOTAL dos CUSTOS</b>	<b>6,482,845</b>
<b>ACTIVOS LÍQUIDOS</b>	<b>21,132,511</b>	<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>983,562</b>
<b>SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>			
Capital	18,227,188		
Reserva Geral	1,921,761		
Lucros Retidos	983,562		
<b>TOTAL da SITUAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>21,132,511</b>		

As contas sumariadas acima são apresentadas de acordo com o artigo 55.2 do Regulamento 2001/30 e foram preparadas com base nos registos financeiros da ABP tal como existentes até a data de 30 de Junho de 2006. Estas contas não foram auditadas.

*Abraão de Vasconcelos*  
 Director Geral

**Estes valores são totais acumulados e não foram auditados.**  
 As vírgulas correspondem à pontuação anglófona e separam os milhares

Em 19 de Julho de 2006

# Mercados cambiais

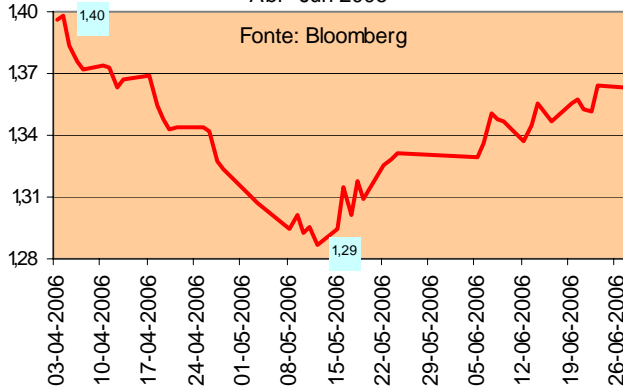
## Evolução recente

Nos dois gráficos abaixo, em que se indicam as quantidades da moeda estrangeira respectiva (AUD-Dólar australiano e Euro) que cada unidade de moeda nacional (USD) permite comprar, uma desvalorização do USD é representada por uma subida da respectiva curva. No gráfico da direita, que representa a quantidade de rupias indonésias compradas por cada USD, uma desvalorização do USD é representada por uma descida da curva já que ele permitirá comprar menos rupias.

### AUD por cada USD

Abr- Jun 2006

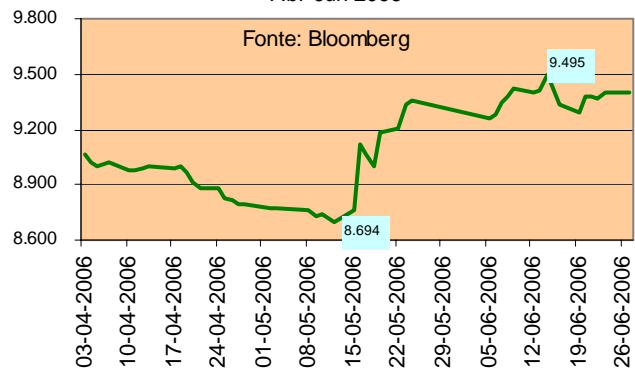
Fonte: Bloomberg



### IDR por USD

Abr-Jun 2006

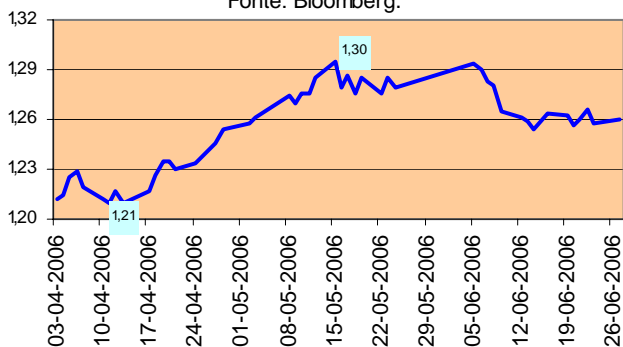
Fonte: Bloomberg



### USD por Euro

Abr - Jun 2006

Fonte: Bloomberg.



Os gráficos demonstram que durante os últimos meses do segundo trimestre de 2006 se verificou alguma instabilidade do câmbio do USD face ao dólar australiano (AUD), com desvalorização na primeira metade e valorização depois.

Quanto à rupia Indonésia (IDR), tem-se verificado nos últimos tempos uma valorização face ao USD, mas na segunda metade do trimestre ela tinha-se desvalorizado. A valorização da rupia deve-se principalmente à melhoria da situação económica do país e às taxas de juro elevadas, o que levou ao enorme aumento do investimento estrangeiro no mercado financeiro interno.

No caso do Euro, depois de uma sua valorização face ao USD durante a primeira metade do trimestre, a moeda europeia voltou a depreciar-se (ligeiramente) face ao USD.

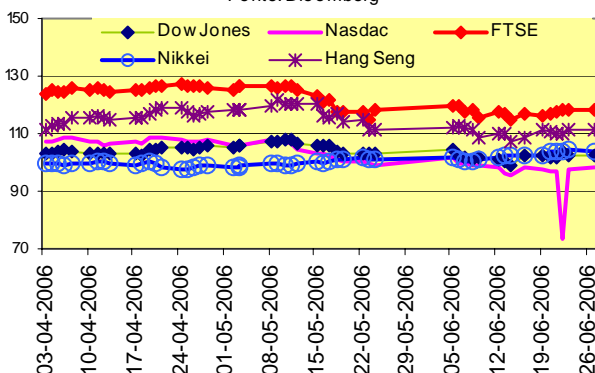
# Mercados financeiros

## Índices das bolsas de valores: evolução recente

### Evolução das Bolsas de Valores

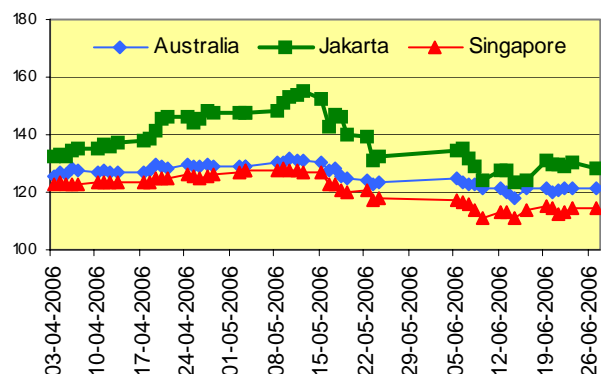
Abr - jun 2006

Fonte: Bloomberg



### Evolução das Bolsas de Valores

Abr - Jun 2006



# Preços altos do petróleo

## O impacto nas variáveis reais da economia de Timor-Leste

A teoria económica diz-nos que, no essencial, o impacto de preços altos do petróleo na economia de um país depende principalmente (i) de se este país é um importador ou exportador líquido de produtos petrolíferos, (ii) do seu grau de dependência do petróleo e seus derivados, e (iii) de como os seus "termos de troca" --- i.e., os preços relativos entre as importações e as exportações --- são afectados.

Para os países produtores o desafio é utilizar os rendimentos do petróleo de uma forma eficaz e transparente de modo a acelerar o seu crescimento económico e o desenvolvimento, reduzindo a pobreza.

Para o conjunto dos países importadores de petróleo, preços elevados do *crude* e dos produtos petrolíferos têm um impacto directo sobre as empresas, consumidores e governo.

Em primeiro lugar, altas dos preços destes produtos importados provocam a sua subida no mercado nacional, aumentando assim os custos de muitos *inputs* da produção nacional, reduzindo a procura de bens de consumo não-petrolífero (devido à menor disponibilidade de dinheiro para os adquirir) e, mesmo, reduzindo o investimento. Tudo isto acaba por contribuir para acelerar a inflação.

Dependendo dos efeitos desta sobre o ritmo de crescimento da produção, as próprias receitas fiscais podem baixar num momento em que os gastos do Estado em combustíveis tendem a aumentar, tudo contribuindo para um agravamento do défice das contas públicas devido à grande rigidez das despesas do Estado e dificuldade em as reduzir. Por exemplo, não é possível diminuir os salários pagos aos funcionários públicos para compensar o aumento do gasto em combustíveis.

A dimensão do efeito directo de um determinado aumento dos preços petrolíferos depende da parte do custo médio em petróleo de cada unidade do rendimento nacional, do grau de dependência em petróleo importado e da capacidade dos utilizadores finais reduzirem o seu consumo de energia.

Por exemplo, um produto em cuja estrutura de custos o petróleo só represente 12% tenderá, se se der um aumento de 15% no preço do petróleo, a ver aumentado o seu preço em apenas 1,8% (i.e. 12% de 15%).

Na realidade, por vezes, alguns produtores usam a oportunidade proporcionada pelo aumento na energia para aumentar o preço dos seus produtos/serviços mais do que o efectivo aumentos dos seus custos derivados daquele aumento do petróleo, o que resulta num evidente prejuízo dos consumidores e numa transferência abusiva de rendimentos dos consumidores para os produtores.

Duas formas de tentar evitar ou, pelo menos, reduzir estes comportamentos especulativos são (a) melhorar significativamente a informação e educação dos consumidores (para que eles exerçam alguma vigilância sobre estes comportamentos) e (b) alargar, quando possível, as medidas de ispeção às empresas.

Segundo, como a procura de curto prazo do petróleo é rígida -- i.e., há grande dificuldade em reduzi-la ---, os consumidores são forçados a reduzir o seu consumo de outros bens e serviços para poderem pagar as contas de energia mais altas.

Terceiro, os países importadores líquidos de petróleo --- i.e., os que, como a Indonésia nos últimos anos, importam mais petróleo do que exportam --- enfrentam problemas nas suas balanças de pagamentos já que, face à subida dos preços do petróleo, têm de utilizar mais recursos para pagarem a sua factura petrolífera, agora mais alta.

Como país produtor, Timor-Leste tem usado estruturas apropriadas (o Fundo Petrolífero) de administração da sua riqueza petrolífera baseadas na transparência e responsabilidade e adoptando políticas de longo prazo para usar os recursos para benefício das gerações presentes e futuras.

Os ganhos do país por ser produtor de petróleo podem ser medidos pelo valor do activo do Fundo Petrolífero, o qual ultrapassa actualmente os 700 milhões de USD.

É deste montante que ao longo do ano fiscal de 2006-07 será transferido, pela primeira vez e após aprovação pelo Parlamento Nacional, um montante de cerca de 260 milhões de USD para financiar despesas correntes e de investimento em infraestruturas essenciais para o desenvolvimento do país que, segundo as previsões do Governo, permitirão ao nosso país crescer à taxa de cerca de 5%. Ou, melhor, "permitiriam", não fosse o impacto negativo da crise social e política que atravessamos.

Mas o aumento do preço do petróleo não tem apenas efeitos positivos para o nosso país. Como importador de derivados do petróleo --- fuel, gasolina, diesel, etc. --- que permitem a produção de electricidade, a circulação automóvel, etc. , o nosso país tem uma elevada factura petrolífera a pagar anualmente. Esta representa, em média dos anos fiscais 2003-04 e 2004-05, cerca de um terço das nossas importações. Os aumentos recentes traduziram-se, nomeadamente, no aumento do preço da gasolina e do diesel: de cerca de 80 centavos em Fevereiro passado, o seu preço actual passou para os cerca de 95 centavos, um aumento de quase 20% num semestre.

A consequência imediata foi o aumento do preço dos transportes, o qual, juntamente com as suas repercussões nos aumentos de outros produtos, se reflectiu numa subida da inflação --- com a consequente perda de poder de compra ---, passando a taxa homóloga (Jun05 a Jun06) para 5% no caso de Dili e 7% no caso de todo o país.

Um outro custo que temos suportado derivado do aumento dos preços da energia é o da crescente deflorestação do nosso país, provocado pelo aumento do uso da lenha como fonte de energia.

A fim de minimizarem os efeitos directos sobre a produção e o custo de vida da população, muitos países utilizaram, aquando dos dois principais choques petrolíferos (anos 70), políticas de concessão de subsídios aos preços dos produtos energéticos, levando a que o seu preço fosse mais baixo que o do mercado internacional.

Esta política esteve na origem de fortes desequilíbrios orçamentais nesses países; estes foram depois obrigados à posterior eliminação dos subsídios para diminuir o défice das contas públicas. Um dos últimos países a eliminar os subsídios aos produtos petrolíferos foi a Indonésia, que mantém actualmente apenas um pequeno subsídio ao kerosene para uso doméstico a fim de proteger o poder de compra dos mais pobres e de evitar a "catástrofe ambiental" que estamos a viver entre nós com o corte de árvores para lenha.

A concessão de subsídios não é, pois, solução para defrontar a subida do preço do petróleo porque, além do mais, é socialmente injusta pois dela beneficiam quer os ricos quer pobres --- normalmente mais aqueles que estes.

Assim sendo, é preferível utilizar as verbas que seriam eventualmente destinadas ao pagamento desses subsídios no pagamento de bens e serviços que beneficiem directamente e (quase) exclusivamente os mais pobres como, por exemplo, em complementos alimentares para os alunos das escolas primárias.